

## Entrevista Maria João Rodrigues, conselheira económica da União Europeia

# “A zona euro só será sustentável se houver convergência económica”

Para a antiga ministra, Portugal tem de negociar bem as condições de adesão ao pacto de competitividade proposto pela Alemanha

Ana Rita Faria e Teresa de Sousa

● Como é que se consegue uma maior convergência económica e social na zona euro, quando os países mais frágeis se vêem sujeitos a uma austeridade financeira que pode matar o crescimento? É este o dilema português, no contexto de uma vasta renegociação das próprias regras da união monetária, imposta pela Alemanha. Foi este o ponto de partida desta entrevista. Maria João Rodrigues, antiga ministra de António Guterres e actual conselheira económica das instituições europeias, alerta para aquilo que Portugal tem de garantir à mesa da negociação europeia, mas também reconhece que ainda não fizemos o trabalho de casa. Disse numa conferência em Lisboa que o relatório anual de crescimento da Comissão Europeia (CE), ponto de partida para o “semestre europeu”, foca-se na austeridade, ignorando o crescimento. Há, aqui, um problema para Portugal, que tem de apresentar o seu Programa Nacional de Reformas de acordo com a estratégia 2020?

Há, sem dúvida. Este relatório anual de crescimento surpreendeu-me pela negativa. Foi possível preparar uma estratégia europeia para os próximos dez anos (a estratégia 2020) com uma certa ambição, porque apontava para um crescimento mais inteligente, mais verde e mais inclusivo, que é aquele que permite dotar a Europa de uma nova vantagem competitiva. Mas, a meu ver, este relatório tem prioridades que não são consistentes com a estratégia previamente definida. Porquê?

Primeiro, porque praticamente se esquece desse objectivo geral de promoção de um crescimento mais verde, inteligente e inclusivo. Segundo, a política económica que é preconizada está quase exclusivamente centrada na consolidação orçamental e muito pouco preocupada com o crescimento. Terceiro, a

questão que deveria ser a chave da recuperação económica - a promoção de emprego - deve ser resolvida, de acordo com o relatório, levando as pessoas a procurar emprego mais activamente. Como é que isso é possível se há falta de empregos disponíveis? Numa situação como a actual, temos sobretudo de activar a oferta de trabalho por parte das empresas e, sobre isso, nada de relevo é proposto. É uma má forma de estrear uma estratégia europeia para o crescimento e o emprego, que não vai conseguir concitar o apoio dos cidadãos europeus. Como explica essa contradição entre o relatório anual da CE e a estratégia 2020?

Pelo contexto político muito especial em que a CE teve de lançar o relatório. No auge da crise da dívida soberana, a zona euro dotou-se de um mecanismo de estabilização financeira que se revelou insuficiente para o tipo de pressões a que estamos submetidos e que é fundamental reforçar. Estamos no meio de uma macronegociação que se pode resumir assim: para aceitar o reforço desse mecanismo, a Alemanha requer um maior compromisso dos países do euro com a disciplina orçamental e com



O pacto que a Alemanha propõe pode gerar “uma dinâmica de desequilíbrios cumulativos na Europa”

o aumento da competitividade segundo um padrão muito alinhado pelo próprio modelo alemão. Ora, a estratégia 2020 só é credível se estiver apoiada em instrumentos que permitem a todos os Estados-membros aplicá-la. No quadro actual, há países que estão em condições de o fazer e outros que não. Por isso, a grande questão que temos de colocar é: quais são as prioridades que podem garantir que a zona euro seja sustentável a longo prazo? São a disciplina orçamental

e o reforço da competitividade, mas também o crescimento e o apoio activo à convergência. Temos de ter convergência na zona euro não só no que respeita às metas do défice e da dívida, mas também no que respeita à capacidade de crescimento das nossas economias aos padrões sociais e ambientais. Em que medida uma utilização diferente, mais flexível, do fundo de estabilização europeu pode contribuir para isso?

Essa é outra peça fundamental da reforma económica da zona euro. Esse fundo tem de ser melhorado numa série de aspectos. O primeiro é garantir uma taxa de juro mais razoável que permita a cada país reduzir a dívida e o défice, mas também o relançamento económico. Actualmente, as taxas de juro praticadas por esse fundo são excessivamente elevadas. O segundo problema é que, tal como está, o fundo só fornece empréstimos e é fundamental que seja flexibilizado no sentido de poder abrir linhas de crédito ou de poder comprar títulos de dívida pública, substituindo o BCE nessa função. O terceiro problema é que o fundo só se centra no reequilíbrio orçamental e não atende à necessidade de crescimento. A Alemanha colocou em cima da mesa as suas condições para negociar essa flexibilização sob a forma de um “pacto para a competitividade”. O que quer a Alemanha com este pacto?

Este pacto vai para além das reformas de governação económica que já estão em curso [ao nível dos 27], pois visa estabelecer um novo contrato dentro da zona euro: é garantido aos países do euro um mecanismo de solidariedade em matéria de dívida soberana que podem usar se estiverem em situação de dificuldade; em contrapartida, é-lhes exigida uma convergência das suas políticas económicas e sociais. Temos de perceber a exigência alemã. Se a Alemanha tem de fazer um esforço para apoiar financeiramente a Grécia, é lógico



que lhe peça um esforço adicional de saneamento das contas públicas, mas também de aproximação entre a idade da reforma dos dois países. Do mesmo modo, se a Alemanha tem de apoiar a Irlanda, é legítimo que lhe peça um esforço de convergência quanto aos impostos sobre as empresas. Estamos perante uma oportunidade histórica e, mesmo que não venhamos a recorrer ao fundo, temos de ter um papel activo no desenho do que vai ser esse pilar de união económica. O que é que Portugal deve garantir nessa negociação? Primeiro, temos de conseguir que o fundo de estabilização evolua no sentido que referi. Quanto à coordenação das políticas, pretendida pela Alemanha, estamos relativamente à vontade em alguns aspectos. Fizemos uma reforma importante do sistema de pensões que alinha a idade real da reforma por um nível até um pouco superior ao alemão. Estamos alinhados com a média europeia no que respeita aos impostos sobre as empresas. O problema fundamental da proposta

“

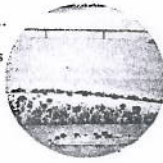
Os países que redireccionassem despesa para investimento deviam ter mais tempo para reduzir o défice

”

**PSD quer saber o que se passa com o projecto Alqueva**

Jorge Moreira da Silva, vice-presidente da PSD, afirmou "ter deixado de perceber" qual é o objectivo do Governo para Alqueva. O empreendimento, disse este

responsável, está ser gerido "de forma casuística pela EDIA", depois de ter sido "transformada numa empresa de obras públicas".  
<https://economia.publico.pt>



NUNO FERREIRA SANTOS

alemã tem a ver com o que é pedido em matéria de disciplina orçamental e competitividade. Em primeiro lugar, temos de preservar uma margem para investir.

**Mesmo que isso ponha em causa as metas do défice?**

Temos de definir metas do défice e da dívida que incorporem essa necessidade de investimento.

Os países que conseguirem redireccionar a sua despesa pública para investimento estratégico deveriam ter mais tempo para reduzir o défice e a dívida. Essa era a reforma que devíamos pedir. Outro ponto importante tem a ver com o travão da dívida, que a Alemanha quer que figure na Constituição. Cada país deve garantir que a sua dívida é sustentável a longo prazo mas colocar um limite na Constituição pode impedir que, numa situação excepcional, se possa aumentar a dívida, como aconteceu durante a crise financeira. Mas a área mais problemática da proposta alemã é a da competitividade. A Alemanha sugere que os países passem a ser monitorados através

de um indicador chamado "custos unitários de produção", tendo implícita a ideia de que a melhor forma de um país ser mais competitivo é reduzir os salários e as contribuições sociais. A via que temos de seguir é aumentar a produtividade criando mais produtos e serviços de valor acrescentado.

**Mas é possível conciliar a necessidade de aumento rápido da competitividade com ganhos de produtividade que exigem mais tempo?**

Há, de facto, quem argumente que, se queremos um aumento da competitividade no curto prazo, temos de baixar os salários. O que precisamos é de uma boa combinação entre moderação salarial e uma forma mais inteligente de aumentar a produtividade. É aí temos de reconhecer que Portugal não tem feito tudo o que devia. Há medidas que podem ser tomadas com impacto directo nos custos das empresas. O exemplo mais óbvio é a energia, cujos preços têm de ser reduzidos.

“

*Está na altura de ter um discurso de verdade perante a população portuguesa. As pessoas têm bom senso para fazer as opções certas*

”

**Como é que se consegue isso num mercado que acaba por ser monopolizado?**

Só abrindo esses sectores à concorrência. Mas o ponto-chave para que Portugal dê um salto de competitividade está numa identificação mais estratégica de áreas nas quais possamos ter capacidade para competir a nível global. Precisamos de passar do mero apoio às empresas inovadoras para uma política global de inovação, capaz de alterar o nosso padrão de especialização. Isso exige uma política industrial, não tenho medo desta palavra.

**Em que actividades Portugal poderia ter capacidade competitiva global?**

Um sector evidente é o *cluster* da saúde, em ligação com lazer. É lamentável e inaceitável o travão que tem sido imposto à formação de médicos. Outros exemplos são as energias renováveis; tudo o que roda à volta da fileira florestal; ver o que vale a pena fazer em relação ao mar; as indústrias criativas, que são hoje o sector com maior crescimento na Europa e podem irradiar capacidade e competitividade para muitos sectores. Há exemplos na Europa que provam que isso é possível num espaço de tempo de cinco ou seis anos. Aconteceu na Finlândia e na Suécia, que passaram por crises gravíssimas nos anos 80 e 90 e ultrapassaram-nas através de uma política industrial que conseguiu alterar o perfil de especialização das suas economias.

**O pacto de competitividade será discutido na cimeira da zona euro a 11 de Março. A Alemanha pós as suas condições...**

Não tenho nenhuma posição de antagonismo em relação à Alemanha. Pelo contrário, é uma economia com muitos pontos fortes, com os quais se pode aprender. Temos de evitar esse antagonismo primário que já começa a manifestar-se, mas a Alemanha também tem de ter cuidado com ele, porque, a certa altura, temos uma parte da população europeia contra ela e contra a Europa, no seu conjunto. Justamente, quando se fala de desequilíbrios macroeconómicos, esta negociação também deve levar em conta que a Alemanha tem uma balança externa superavitária?

O pacto, tal como está a ser proposto pela Alemanha, pode gerar uma dinâmica de desequilíbrios cumulativos na Europa. Se se continuar a insistir que só temos de convergir em matéria de défice, dívida e custos unitários de produção, vamos ter uma Europa com países a crescerem três por cento e outros em recessão. Isso é mau para os países em recessão, para a Europa como um todo e, certamente, para a Alemanha. Do mesmo modo que se pede um

esforço aos países que têm um défice externo, tem de se pedir aos que têm um *superavit* que expandam a sua procura, de modo a absorver a oferta daqueles países. Não faz sentido pedir à Alemanha que seja menos competitiva. Mas faz sentido pedir-lhe que consuma mais e aumente mais os salários.

No pacto, a Alemanha propõe ainda o reconhecimento das qualificações para promover a mobilidade. Estou a favor desse ponto, mas é preciso reconhecer que ele tem um risco. Tal como está desenhado, este pacto vai induzir riscos de recessão e desemprego em alguns países. Ora, esse reconhecimento das qualificações visa criar a possibilidade de os desempregados portugueses irem para onde há oferta de emprego. Levado ao extremo, isso pode traduzir-se num *brain drain* (fuga de cérebros) de regiões em recessão em direcção à Alemanha.

**Além de mão-de-obra, o que é que a Alemanha tem a ganhar com este pacto?**

A preocupação da Alemanha é preparar-se para a competição global e, para isso, tem de estar apoiada numa grande área de integração regional com a qual pode contar para fornecer um vasto mercado doméstico, recursos humanos e fornecimento às suas empresas. Esta é a lógica alemã. É uma lógica de construção europeia distorcida, que não dá oportunidade de crescimento a todos.

**Portugal tem de ter uma estratégia para a negociação deste pacto. Como é que estes desafios estão a ser assumidos internamente?**

Há um défice evidente de debate nacional sobre o que se passa a nível europeu. Grande parte dos actores não está informada das reformas profundíssimas que estão a ocorrer e de como vão condicionar, daqui para a frente, o que podemos fazer a nível nacional. Mas também temos de fazer o nosso trabalho de casa, mudando de vida numa série de aspectos - em termos de capacidade profissional, empresarial e de poupança. Só isso nos dará legitimidade para discutir as novas regras europeias. Está na altura de ter um discurso de verdade perante a população portuguesa. As pessoas têm bom senso de tomar as opções certas numa circunstância tão difícil. **Está optimista quanto a esta negociação?**

Vamos passar por um período muito difícil. Criou-se uma lógica de negociação em que tudo depende de tudo. Ninguém pode ter a certeza de que vamos conseguir chegar a um acordo, quanto mais a um acordo aceitável. Estamos a caminhar em terreno desconhecido. Seria um grande salto para a zona euro, porque é a passagem para uma união económica, mas há uma série de escolhos no caminho.